

Freud, Eco, Popper: conversando sobre manifesto-latente*

Maria Cristina Borja Gondim

E-mail: mcbgondim@salvadortradecenter.com.br

Resumo: Este trabalho buscou reexaminar a proposta freudiana da tradução do conteúdo manifesto em idéias latentes, utilizando os referenciais da discussão contemporânea. Para tal, adotou como guia epistemológico o texto “Três concepções acerca do conhecimento humano” (1972), no qual Popper propõe que as formulações e o manejo de uma teoria evidenciam seus pressupostos fundantes. Alguns autores foram escolhidos para uma interlocução com Popper, com destaque para Umberto Eco, por ser uma pessoa vinculada à semiótica, muito interessada na problemática da interpretação. Sabemos que Freud introduziu a discriminação entre conteúdo manifesto e idéias latentes em 1900, no texto “A interpretação dos sonhos”. Entre nós e essas considerações, há mais que simples distância temporal. Por isso, realizou-se uma aproximação entre as idéias de Freud e as dos autores anteriormente mencionados, com o intuito de verificar o que pode ser extraído do texto freudiano à luz das referências contemporâneas apresentadas.

Palavras-chave: interpretação; essencialismo; instrumentalismo; deriva hermética; semiose ilimitada.

Abstract: The author takes a new look at the Freudian formulation using the parameters of the contemporaneous, post-modern discussion. Karl Popper and Umberto Eco were adopted as main reference of this discussion. We know that in the “Interpretation of the

* Um estudo mais desenvolvido sobre o tema foi publicado em *Psicologia Revista*, n. 12, pp. 63-79, 2001.

Dreams” (1900) Freud introduced the concept of manifest and latent contents. From there to now, there is more than temporal distance. This will be evidenced by the dialogue between the authors.

Key-words: Interpretation; Essentialism; Instrumentalism; Hermetic derive; Unlimited semiose.

Falar de manifesto e latente remete-nos imediatamente ao texto “A interpretação dos sonhos”, estudo apresentado por Freud há pouco mais de cem anos (1900). Nele, expôs um método de acesso ao significado dessa produção psíquica, descrevendo-o como um conjunto de associações aos diversos elementos do conteúdo manifesto, a partir dos quais viabilizarse-ia a revelação do conteúdo latente. Isso nos coloca diretamente em contato com o problema da interpretação. Para tratar dessa questão, tomei como guia epistemológico o texto de Popper “Três concepções acerca do conhecimento humano” (1972). Alguns autores foram escolhidos para uma interlocução com Popper. Privilegiei Umberto Eco (1973, 1990, 1992) dentre eles, pois, como todos sabem, é uma pessoa que também está muito interessada na problemática da interpretação.

A primeira e instigante surpresa da leitura do texto de Popper é entender que a presença de certas características que compõem a visão epistemológica denominada pós-moderna, que tem dado origem a tantos debates, possui, na verdade, raízes antigas. Vamos reencontrá-la numa que-rela muito famosa: a disputa entre Galileu e a Igreja. A ciência de Galileu venceu, avisa Popper. Mas, qual era o fundamento dessa discussão?

Para Galileu, assim como para a Igreja, o aspecto mais importante da questão era a colocação do sistema copernicano como uma *descrição verdadeira* do mundo. Foi em relação a isso que ele precisou se retratar. Popper sugere que a razão principal pela qual a Igreja contestou Galileu não foi simplesmente a não aceitação de uma teoria que divergisse de uma passagem do Velho Testamento (Jos 10, 12 e ss.). O perigo era o temor do declínio da fé e da autoridade religiosa. Do seu ponto de vista, se essas teorias fossem admitidas como verdadeiras, elas funcionariam como prova

de que o intelecto do homem tinha poder para descobrir os segredos do mundo e não dependia da revelação divina – e seus intérpretes – para fazê-lo.

Similarmente a Popper, Eco também revisitará as raízes arcaicas do debate contemporâneo sobre o significado de um texto. Ao acompanhá-lo, reencontraremos no pensamento grego a problemática da busca da verdade oculta, que deverá ser revelada. Portanto, além do racionalismo, essa herança envolve a idéia daquilo que não tem “*modus*” de infinitude, de metamorfose contínua simbolizada por Hermes. Isso gerou a idéia de que muitas coisas podiam ser verdadeiras ao mesmo tempo, ainda que contraditórias. Para conviverem com as verdades discordantes, adotaram a perspectiva de que tudo o que encontravam escrito nos livros, suas palavras, eram uma alusão e, portanto, estavam dizendo algo diferente do que pretendiam dizer. Essa mensagem misteriosa deveria ser procurada além da fala humana, fruto de uma revelação direta da divindade em sonhos, oráculos e visões ou por sacerdotes que, conhecedores dos elos secretos, poderiam revelar a mensagem. A verdade agora era, principalmente, um segredo que não podia ser explicado. Essa tradição vence o racionalismo dos escolásticos medievais e retorna a partir do Renascimento, passando a informar grande parte da cultura moderna, chegando até a alimentar muitas concepções pós-modernas do deslizamento contínuo do sentido.

Mesmo alinhado com a tradição científica galileana, Popper não vai defendê-la totalmente, pois concorda com a crítica que lhe fazem, quanto a seu aspecto essencialista, admitindo ser impossível chegar à explicação última. Ele arrola argumentos numa dupla perspectiva: de um lado, que nunca podemos estar seguros de que novos testes não levarão à modificação ou rejeição de uma teoria; de outro, que a crença nas essências e na natureza última das coisas tem um papel obscurantista, uma vez que cria obstáculos ao pensamento, pois, adquirindo as feições de um credo, impede o questionamento e a formulação de novos problemas. Umberto Eco faz coro à tendência obscurantista apontada por Popper. Ele define a deriva hermética como “um caso de neoplasma conotativo”, posto que

ela acaba se reduzindo a uma cadeia de associações meramente fonéticas, na qual o novo termo já não guarda nenhuma relação de conteúdo com o anterior, a não ser o de participante daquela rede de semelhança.

Também os instrumentalistas, pragmatistas e relativistas afirmam que não existem essências ocultas por trás dos fenômenos cotidianos, pois o mundo é simplesmente o que parece ser. As teorias são instrumentos que permitem deduções operacionais; são fórmulas matemáticas úteis, e não descrições ou explicações. Por conseguinte, também não faz o menor sentido pretender alcançar a explicação última das coisas ou aspirar à descoberta do mundo real por trás das aparências.

O pragmatismo norte-americano tem hoje como um dos seus representantes de maior destaque Richard Rorty. Ele defende que devemos abandonar o propósito de buscar “como as coisas realmente são” e adotar a perspectiva de compreender as diferentes posições como uma conversa cultural para a qual convergem várias contribuições. Expressa seu antiesencialismo afirmando que não há códigos a decifrar, nem realidades a serem reveladas por trás do véu das aparências. Não existe também uma natureza dos textos ou da leitura, nem significados profundos escondidos, “que só os suficientemente felizes para terem conseguido decifrar um código muito difícil podem conhecer” (1992, p. 105). Ele irá se basear nesses motivos para abjurar o estruturalismo, uma vez que o pragmatista só admite propriedades relacionais, não aceitando a existência de qualquer propriedade intrínseca. Mas os autores mencionados que criticam o essencialismo, com exceção de Rorty, não aderem tão plenamente às propostas instrumentalistas.

Resumindo: Popper, diferenciando a sua das propostas do essencialismo, advoga que devemos descartar a idéia de que o mundo cotidiano é aparência por trás da qual existe um mundo real. Argumenta que as teorias, sejam elas novas ou antigas, são conjecturas, hipóteses que descrevem aspectos ou camadas de uma coisa, todos igualmente reais, não existindo uma realidade essencial ou última. Embora aceite que as teorias são instrumentos de pensamento criados por nós mesmos – e que algumas

podem ser mais conjecturais que outras —, não abre mão de que elas tanto podem se chocar com a realidade, quanto serem capazes de descobrir coisas reais (discordando, nesse ponto, do instrumentalismo).

Umberto Eco também possui uma posição matizada. Não aceitará o essencialismo e, com ele, a idéia da existência de uma verdade indubitável a ser apreendida num texto ou mensagem; também não adotará nenhuma das múltiplas propostas de deriva. Considera as duas atitudes em relação aos textos exemplos de fanatismo epistemológico. Do seu ponto de vista, há limites para a interpretação, sob pena de ela passar a ser considerada uma superinterpretação. Suas proposições irão apoiar-se no conceito de semiose ilimitada de Pierce. Baseado nesse autor, Eco defende que a passagem de um interpretante para outro não é equivalente a um deslocamento de termo para termo, nem a secretos jogos de palavras, mas sim implica a aquisição de um conhecimento novo, que amplia a determinação do signo; é nesse sentido que a cadeia interpretativa pode ser pensada como infinita.

Podemos nos perguntar, a partir dessas idéias, não só que concepção sobre o conhecimento estamos adotando, quando tratamos, em psicanálise, da interpretação do conteúdo manifesto para a obtenção das idéias latentes, mas também qual é a concepção de interpretação imbuída nas nossas teorias. Pois, tanto os sonhos como as associações livres do paciente na sessão podem, a meu ver, ser considerados textos à procura de um leitor.

Dado que o campo privilegiado para o estudo da interpretação foram os sonhos, tomarei as idéias de Freud sobre eles como guia no exame dessas questões; daí citá-lo mais longamente. No artigo de 1925, “Os limites da interpretabilidade dos sonhos”, ao lermos o que Freud escreveu, temos a impressão de que ele está posicionado numa perspectiva popperiana, dado que considera o manifesto e o latente como expressões mentais de mesma valorização, apenas diferenciadas por serem produtos de distintas atividades mentais:

O problema de se cada um dos produtos que nos oferece a vida onírica pode ser *traduzido completa e inequivocamente para a modalidade de expressão da vida diurna* (interpretação) não deve ser tratado de forma abstrata. [...] *Nossas atividades mentais tendem a um fim útil ou a um imediato benefício prazeroso*. No primeiro caso, trata-se de decisões intelectuais, de preparativos para a ação ou de comunicação com outras pessoas; no segundo, estão os “jogos” ou “fantasias”. [...] Pois bem, o sonhar é uma atividade da segunda ordem, que filogeneticamente é a mais primitiva. (Freud 1925, p. 2890; os itálicos são meus)

Nesse mesmo ano, acrescentou uma nota de rodapé a “A interpretação dos sonhos”, reforçando ser o sonho uma forma peculiar de pensamento:

Houve uma época em que achava extraordinariamente difícil acostumar os leitores à distinção entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes. [...] Mas agora, quando os analistas concordaram em substituir o sonho manifesto por seu significado revelado pela interpretação, há vários deles culpados de incidir numa *outra confusão*, à qual se apegam com igual obstinação. *Procuram encontrar a essência dos sonhos em seu conteúdo latente* e ao agirem dessa forma desprezam a distinção entre os pensamentos oníricos latentes e o trabalho onírico. *No fundo, os sonhos nada mais são do que uma forma particular de pensamento, tornada possível pelas condições do dormir. É a elaboração onírica que cria esta forma e só ela é a essência do sonho – a explicação de sua peculiar natureza*. (Freud 1925, p. 655; os itálicos são meus)

Nesses textos, o latente é tratado como um tipo de idioma, uma versão possível, uma modalidade de expressão e, finalmente, uma forma particular de pensamento. Freud enfatiza a elaboração onírica, ou seja, se quisermos pensar em termos de essência, iremos encontrá-la nas regras de codificação/decodificação, não no conteúdo. Isso evoca um comentário de Popper: “Se olhando (o mundo) através de um microscópio mudamos seu aumento, então podemos ver vários aspectos ou camadas completamente diferentes da mesma coisa, todas igualmente reais. É, portanto, errado dizer que [...] a teoria atômica mostra que o piano (instrumento musical) de meu mundo cotidiano é apenas uma aparência [...]” (1972, p. 404).

Ou seja, são as condições de acesso ao material que modificam a leitura que dele podemos fazer.

Entretanto, as características do contexto também afetam a elaboração do texto, não só a sua interpretação. Isso está claramente afirmado na citação anterior. Freud pensa o sonho como uma mensagem elaborada numa situação fisiológica particular: as condições do dormir. Sob sua influência, surge uma condição mental específica, que instrumentaliza os sonhos, caracterizada pela regressão tópica (e com ela a possibilidade de métodos de trabalhos mais antigos) e pelo relaxamento da função crítica repressora (que permite a emergência de conteúdos até então afastados). A codificação final dependerá, também, do grau necessário dos deslocamentos e das condensações para tratar do conteúdo e, ao mesmo tempo, respeitar a função crítica. É do jogo cruzado desses elementos que surgirá a mensagem-sonho.

Como as condições mentais do sujeito desperto são outras, o sonho, enquanto mensagem-significante, apresenta-se de início como portador de vários sentidos. Eles só se reduzirão quando, pela ação de certos subcódigos escolhidos e utilizados pelo destinatário, a mensagem-sonho se tornar uma mensagem-sentido ou, em outros termos, uma interpretação. Assim compreendida, uma interpretação é um recorte possível dentre muitos, o que nos remete à semiose ilimitada (Pierce), mas, também, à problemática da deriva. Mas as posições de Freud nem sempre vão numa única direção, ganhando matizes a depender do texto considerado. Vejamos o que escreveu no trabalho “A interpretação dos sonhos” (1900):

As idéias latentes e o conteúdo manifesto se apresentam para nós como *duas versões do mesmo conteúdo*, em dois idiomas distintos, ou, melhor dito, o conteúdo manifesto parece uma versão das idéias latentes numa forma expressiva diferente, cujos sinais e regras de construção temos de aprender *pela comparação do original com a tradução*. As idéias latentes são perfeitamente compreensíveis quando as descobrimos. Ao contrário, o conteúdo manifesto nos é dado como um hieróglifo, cuja solução implica a tradução de cada um de seus signos para a linguagem das idéias latentes. (p. 516; os itálicos são meus)

O que chama a atenção, de imediato, é a forma explícita pela qual, nesse trecho, Freud se refere ao sonho como um texto. Mais uma vez, logo no início, ele trata o manifesto e o latente como dois idiomas distintos. Isto é, dois sistemas semânticos que têm como ponto de contato entre si o fato de serem duas formas de expressão para o mesmo conteúdo. Aqui também não há realidade última a ser descoberta; estamos transitando por dimensões distintas, mas igualmente reais (Popper). Porém, na seqüência, Freud faz uma pequena mudança; estabelece que a relação entre as versões é similar àquela pertencente aos códigos. O conteúdo manifesto passa a ser visto como a dimensão codificada (hieróglifo) e as idéias latentes como a informação vertida. Ocorreu uma categorização, pois, de dois idiomas, portanto, duas línguas, passamos para uma relação tipo código, ou seja, saímos de uma relação de simetria para uma relação de subordinação. A característica da relação de código é as unidades de um sistemas se tornarem, por correspondência estabelecida através de uma regra, os significantes dos elementos do outro. Temos, portanto, de um lado, o texto original e, de outro, o codificado, ininteligível para quem não possui a chave semântica. Neste caso, passamos a conviver com algo da dimensão do oculto, que um pragmatista como Rorty não estaria disposto a aceitar. Mas não estamos necessariamente adotando uma perspectiva essencialista.

A situação se altera, de novo, quando fica estabelecida a equivalência latente = inconsciente = realização de desejo = conteúdo recalado da sexualidade infantil. Concomitantemente a essa equivalência, Freud passa a se referir ao manifesto como falsificação, deformação, e ao latente como o conteúdo verdadeiro. O cotejamento desses últimos elementos nos inclina a pensar que estamos, neste momento, tratando com algo da ordem da "natureza última" do inconsciente. Já não assistimos a diferentes dimensões serem tratadas como igualmente reais; nesse caso, o conteúdo manifesto é entendido como aparência lacunar e mentirosa, enquanto as idéias latentes são tidas como a verdade a ser revelada pela interpretação. Nessa circunstância, ficam preenchidos alguns dos requisitos epistemoló-

gicos do essencialismo, especialmente aqueles que apontam na direção da deriva hermética. Isso gera algumas conseqüências para o analista, dado que ocorre um reforço da atitude de suspeita em relação a toda expressão consciente, ao mesmo tempo em que ele fica colocado numa condição de iniciado, que detém a chave de acesso ao segredo.

Levar em conta o aviso metodológico de Freud sobre a necessidade das associações do paciente aos elementos do sonho faz a diferença entre deriva e semiose ilimitada. O conjunto de elementos formadores da teia associativa obtida funcionaria, de um lado, como uma referência – tendo em vista a coerência interna do próprio texto – e, de outro, limitaria os impulsos interpretativos apressados do analista. Depender das associações do dono da mensagem para interpretá-la é considerar que não há uma verdade *a priori* e reconhecer que a mensagem é aberta a múltiplas significações.

Referências

- Eco, Umberto 1973: *As formas do conteúdo*. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- ____ 1990: *Os limites da interpretação*. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- ____ 1992: *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- Freud, Sigmund 1900: “La interpretacion de los sueños”. In: Freud 1973, v. I.
- ____ 1919: “Pegan a um niño”. In: Freud 1973, v. III.
- ____ 1925: “Los límites de la interpretabilidad de los sueños”. In: Freud 1973, v. III.
- ____ 1973: *Obras completas de Sigmund Freud*. Madrid, Biblioteca Nueva.
- Popper, Karl 1972: “Três concepções acerca do conhecimento humano”. In: *Os pensadores*. v. XLIV. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- Rorty, Richard 1992: “A trajetória do pragmatista”. In: Eco 1992.